



Foto do arquivo DIVCO-UFU

Apresentação Teatral com a participação de docentes e alunos da UFU. Projeto Rio das Pedras: Desenvolvimento e Sustentabilidade para a Pequena Propriedade Rural. Rio das Pedras, 2001.

EDUCAÇÃO POPULAR: O CAMINHO PARA DEMOCRATIZAÇÃO ESCOLAR

Flávio Boleiz Júnior¹

RESUMO: Este texto procura contribuir com a reflexão acerca da prática de uma Educação Popular que se desenvolva dentro da Escola Básica como forma de materializar a proposta socialmente construída do educar como atualização histórico-cultural dos sujeitos que protagonizam todo o processo de ensino-aprendizagem, a saber, educadores e educandos; num movimento democrático que se concretize no cotidiano desses sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: educação e cultura popular; ética, subjetividade do educando; socialização; democratização do ensino; administração escolar.

A educação exige uma visão global sobre o homem e as condições em que vive e que não lhe permitem ser plenamente ele mesmo (Jaume Botey, no prólogo da edição catalana da obra de Paulo Freire, 1987. A, **Educação como Prática da Liberdade**, p. XXIX).

Não se pode conceber o ser humano apenas a partir de suas características biológicas naturais. “*O homem é um ser inconcluso*” (FREIRE, 1997, p. 52) e, enquanto os outros animais, sempre, nascem e morrem iguais, o ser humano se transforma constantemente. O que diferencia definitivamente o homem de todas as demais espécies vivas é o fato de que ele se edifica. Ele não é meramente natureza, não nasce pronto. “*Como ser histórico, o homem transcende a realidade meramente natural (tudo o que existe independentemente de sua vontade e de sua ação) pela produção de sua própria existência material*” (PARO, 2002, p. 12). O ser humano não se contenta, pois, com a necessidade; ele é um ser construído historicamente, e sua história se inicia somente quando parte para transcender a natureza, e isso o ser humano realiza por meio do trabalho.

Quando o homem se utiliza do trabalho, conforme Ortega Y Gasset (1963), mediado pela técnica que cria fundada em sua postura de não indiferença diante do mundo, ele inventa coisas novas e nessa medida inventa a si próprio, pois sua história é a soma daquilo que é naturalmente mais tudo o que ele próprio cria. Por meio do trabalho, o ser humano edifica a si mesmo enquanto indivíduo e enquanto espécie.

Ele é autor de sua própria condição de humanidade tanto do ponto de vista individual como coletivo. “*Trata-se de perceber o trabalho como algo inerente ao ser humano na produção de si mesmo*” (FRIGOTTO, 2000, p. 342). Tudo que o próprio ser humano edifica como forma de ir além da necessidade imposta pela natureza através do trabalho denomina-se, sinteticamente, cultura.

Dentre os engenhos inventados pelo homem, portanto de sua cultura, como auxílio ao seu trabalho de transcendência à natureza, estão as instituições que desempenham diferentes funções no processo de socialização das novas gerações e mesmo da humanização da própria condição humana. A instituição encarregada da “*socialização secundária dos indivíduos, que é a que se segue à socialização primária realizada pela família*” (MADEIRA, 1999, p. 54), cumprindo o papel de propiciar às novas gerações a atualização histórico-cultural, que é a própria educação – o meio pelo qual o ser humano se apropria de toda cultura construída pela humanidade –, é a

¹Pedagogo, Educador do Movimento da Ecopedagogia do Instituto Paulo Freire e Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade Morumbi Sul – São Paulo / SP.

escola.

Para cumprir seu papel educativo, a escola deve lançar mão de um modelo de gestão que, de forma muito racional, leve em conta as finalidades da educação, não deixando jamais de ponderar a importância que desempenha o educando que, atuando como sujeito no processo educativo, é o condutor de sua própria aprendizagem. Ora, se o homem só se constitui homem ao construir-se – apropriando-se da cultura –, e só se apropria da cultura pela Educação, é por meio da Educação que o homem se faz homem. O homem só é homem se for sujeito de sua própria vida. Então, enquanto homem – que só pode ser se for sujeito –, ele só se educa se quiser.

Então, considerando-se a necessidade do respeito à subjetividade do educando no processo de atualização histórico-cultural na construção de sua própria cidadania, a escola, para lograr êxito em sua função, deverá contar com a premente necessidade de persuadir os alunos a se transformarem em verdadeiros educandos – ou seja, sujeitos em seu processo educativo – com vontade de se educar.

Uma característica básica da condição de humanidade é o fato de que o homem constrói seus próprios valores, sejam eles individuais ou sociais, a partir da apropriação cultural que se lhe propicia. Essa capacidade de construir valores, constituinte do ser humano histórico, é o que se denomina “Ética”. Assim sendo, ao negar a seus educandos a possibilidade de se apropriarem da cultura e se tornarem seres éticos, a escola acaba por negar a própria condição de humanidade a seus estudantes, falindo no desempenho de seu papel institucional socialmente determinado.

Mas como despertar nos educandos a vontade de educar-se, se os conteúdos, temas e formas de trabalhar da escola estiverem completamente distanciados da bagagem de conhecimentos e valores de que esses estudantes são portadores? Esses conhecimentos e valores são adquiridos no processo educativo que se inicia ao nascer e se desenvolve no seio da vida familiar e comunitária até a véspera do acesso ao mundo escolar, e continua a se desenvolver por toda a vida do sujeito através das influências propiciadas pelo meio em que estão inseridos.

Para que a escola possa se “encontrar” com os anseios do alunado, contribuindo, de saída, para com seu interesse em educar-se, é preciso que o mundo escolar não se choque, mas se encontre, com o mundo do estudante, permitindo que ele se sinta valorizado em seus saberes e valores. Nesse sentido, é a partir da apropriação da educação popular – que se desencadeia no meio em que os estudantes vivem e convivem –, por parte da escola, é que se pode garantir a conciliação entre esses dois mundos e propiciar aos estudantes a possibilidade de se socializarem, educarem e se apropriarem da cultura historicamente construída por toda humanidade, garantindo-se a necessária atualização histórica que a escola deve possibilitar a seus alunos.

Ao apontar o olhar para a escola pública de nosso país, verificamos que o gestor escolar (e também o gestor das políticas públicas de Educação) tem deixado muito a desejar no que diz respeito a uma administração que caracterize a escola como instituição que respeite os valores, saberes e interesses dos alunos; instituição pertencente ao que Antonio Gramsci chama de *sociedade civil* – aquela em que as relações sociais se dão no âmbito da persuasão –, e que, portanto, tem negado ao alunado o exercício de sua subjetividade, pois suas características a levam a se enquadrar, de fato, no âmbito da *sociedade política*, em que o convencimento e o poder se estabelecem pela obrigação e a força.

Com prédios feios e inadequados, equipamentos sem condições de servirem como apoio pedagógico, salas de aula superlotadas e processos de avaliação que primam pela punição e reprovação dos escolares, a escola fundamental vem-se afirmando como uma instituição que – longe de cumprir seu papel educativo – tem executado uma função reprodutivista do modelo social reprovador, onde convivem, em permanente tensão, opressores e oprimidos. Sede do que Paulo Freire denomina como “*concepção bancária da educação como instrumento da*

opressão” (FREIRE, 1997, Cap. 2), a escola fundamental tem levado a cabo uma verdadeira ‘missão’ de exclusão de sua clientela do direito primordial à condição de humanidade, já que nega, em sua prática cotidiana, a condição de subjetividade de seus estudantes.

A escola fundamental deveria atender aos anseios da sociedade, no que diz respeito à socialização das novas gerações, dentro dos valores intrínsecos da sociedade local, como facilitadores da formação de cidadania dos estudantes. Através de um ensino que garantisse aos alunos a apropriação da cultura, a escola deveria dar conta da disseminação do conhecimento e do saber universal, propiciando o acesso a esse conhecimento enquanto satisfação imediata de um desejo de saber que tem um valor em si mesmo, uma vez que denota subjetividade na vontade de aprender – um saber enquanto bem de consumo que tem sido sonogado as classes trabalhadoras desde sempre, mas que constitui um direito de todo e qualquer ser humano. Diante das condições em que se encontra a escola fundamental, baseada em relações, currículos e métodos divorciados dos valores democráticos – capazes de atender aos anseios da comunidade que lhe dá forma –, vislumbramos um longo caminho a ser percorrido na busca do cumprimento de sua função realmente educativa.

A escola fundamental necessita passar por amplo processo de democratização, de modo que o fim a se atingir – ou seja, o aluno educado – se transforme em possibilidade e realidade. Uma realidade somente possível quando legitimada no convencimento do próprio educando acerca da importância em educar-se, para que deseje e, assim, possa educar-se.

Enquanto não formos capazes de “ ‘pedagogizar’ a administração escolar, para que ela se faça mais dialógica e mais democrática” (PARO, 2002, p. 14), incorporando os fazeres, saberes e valores da educação popular nas relações que se realizam entre a escola e a comunidade – aqui entendida como o conjunto de funcionários ditos “administrativos”, aqueles que exercem as funções meio, e os funcionários “pedagógicos”, que exercem as funções fim da escola, somado ao grupo de alunos atendidos pela unidade escolar e por seus familiares, além dos moradores e trabalhadores que convivem em seu entorno –; a escola continuará a reproduzir uma função anti-educativa e acentuadora das exclusões sociais tão características do modo tenso como se dão as relações de classe em nosso país, onde um verdadeiro abismo separa o acesso aos direitos entre ricos e pobres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREIRE, Paulo. **L’educació com a pràctica de la llibertat**, Eumo Editorial, Barcelona, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª Edição, Paz e Terra, São Paulo, 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. As relações trabalho-educação e o labirinto do Minotauro. In: AZEVEDO, José Clóvis et all (org). **Utopia e Democracia na Educação Cidadã**, Parte 5, p. 341-351, Editora da Universidade, Porto Alegre, 2000.
- MADEIRA, Helena M. P. A Socialização Escolar do Indivíduo. In: **O Professor**, Lisboa, nº 63, III Série, Janeiro-fevereiro, pp. 53-58, 1999.
- ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da técnica**. Livro Ibero-Americano, Rio de Janeiro, 1963.
- PARO, Vitor Henrique. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 11-23, jul./dez., 2002.